

Este documento constitui um instrumento de documentação e não vincula as instituições

► **B**

REGULAMENTO (CEE) N.º 2225/92 DA COMISSÃO

de 31 de Julho de 1992

que fixa normas de execução das medidas específicas para o abastecimento da Madeira e dos Açores no respeitante ao lúpulo

(JO L 218 de 1.8.1992, p. 91)

Alterado por:

		Jornal Oficial		
		n.º	página	data
► <u>M1</u>	Regulamento (CEE) n.º 1716/93 da Comissão de 30 de Junho de 1993	L 159	101	1.7.1993
► <u>M2</u>	Regulamento (CE) n.º 1741/94 da Comissão de 15 de Julho de 1994	L 182	18	16.7.1994
► <u>M3</u>	Regulamento (CE) n.º 1479/95 da Comissão de 28 de Junho de 1995	L 145	40	29.6.1995
► <u>M4</u>	Regulamento (CE) n.º 1101/96 da Comissão de 19 de Junho de 1996	L 146	29	20.6.1996

▼B**REGULAMENTO (CEE) N.º 2225/92 DA COMISSÃO****de 31 de Julho de 1992****que fixa normas de execução das medidas específicas para o abastecimento da Madeira e dos Açores no respeitante ao lúpulo**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1600/92 do Conselho, de 15 de Junho de 1992, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos arquipélagos dos Açores e da Madeira ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando que, em aplicação dos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 1600/92, é conveniente fixar a estimativa das necessidades de abastecimento e o montante das ajudas relativas ao abastecimento da Madeira em lúpulo proveniente do resto da Comunidade; que essas ajudas devem ser fixadas atendendo, nomeadamente, aos custos de abastecimento no mercado mundial e às condições resultantes da situação geográfica da Madeira;

Considerando que as normas de execução comum do regime de abastecimento dos Açores e da Madeira em certos produtos agrícolas foram estabelecidas pelo Regulamento (CEE) n.º 1696/92 da Comissão ⁽²⁾; que é conveniente adoptar normas complementares adaptadas às práticas comerciais em vigor no sector do lúpulo no respeitante, nomeadamente, ao período de eficácia dos certificados de ajuda e ao montante das garantias relativas às obrigações dos operadores;

Considerando que as medidas previstas no Regulamento (CEE) n.º 1600/92 são aplicáveis a partir de 1 de Julho de 1992; que é conveniente prever a aplicação das normas do presente regulamento a partir dessa data;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do lúpulo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

▼M4*Artigo 1.º*

Para efeitos da aplicação dos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 1600/92, é fixada em 10 toneladas, em relação ao período compreendido entre 1 de Julho de 1996 e 30 de Junho de 1997, a quantidade da estimativa das necessidades de abastecimento em lúpulo do código NC 1210 que beneficia da isenção do direito aduaneiro aplicável às importações directas para a Madeira em proveniência de países terceiros ou da ajuda comunitária.

▼M3*Artigo 2.º*

Em aplicação do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 1600/92, é concedida uma ajuda para o abastecimento da Madeira em lúpulo proveniente do mercado da Comunidade, em conformidade com a estimativa das necessidades de abastecimento. Essa ajuda é fixada em 12,08 ecus por 100 quilogramas.

⁽¹⁾ JO n.º L 173 de 27. 6. 1992, p. 1.⁽²⁾ JO n.º L 179 de 1. 7. 1992, p. 6.

▼B*Artigo 3.º*

Portugal designará a autoridade competente para:

- a) A emissão do certificado de isenção previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 1696/92;
- b) A emissão do certificado de ajuda previsto no n.º 1 do artigo 4.º do mesmo regulamento;
- c) O pagamento da ajuda aos operadores em questão.

*Artigo 4.º***▼M3**

1. Os pedidos de certificado serão apresentados à autoridade competente nos primeiros cinco dias úteis de cada mês. O pedido de certificado só será admissível se:

- a) A quantidade não for superior à quantidade máxima disponível de lúpulo publicada por Portugal;
- b) Antes do termo do prazo previsto para a apresentação dos pedidos de certificados, tiver sido apresentado prova de que o interessado constituiu uma garantia de 3,02 ecus por 100 quilogramas.

▼B

2. Os certificados são emitidos, o mais tardar, no décimo dia útil de cada mês.

3. Sempre que forem emitidos certificados para quantidades inferiores às solicitadas, o operador interessado pode retirar por escrito o seu pedido, no prazo de três dias úteis a contar da data de emissão do certificado. Nesse caso, a garantia relativa ao certificado será liberada.

4. A quantidade máxima disponível é publicada pela autoridade competente na última semana do mês anterior ao da apresentação dos pedidos.

Artigo 5.º

O período de eficácia dos certificados de isenção e dos certificados de ajuda termina no último dia do segundo mês seguinte ao da sua emissão.

Artigo 6.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Produz efeitos a partir de 1 de Julho de 1992.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.